

EDITAL Nº 75, DE 22 DE JUNHO DE 2017

O GERENTE DE JULGAMENTO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO-FISCAL, DA COORDENAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição prevista no inciso VII, art. 112, da Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002, e tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço/SUREC nº 86, de 04 de dezembro de 2015, c/c Ordem de Serviço/COTRI nº 21, de 28 de dezembro de 2015, fundamentado no artigo 11, inciso III, da Lei nº 4.567, de 09 de maio de 2011, TORNA PÚBLICA as decisões do julgamento de primeira instância, as quais declaram a IMPROCEDÊNCIA da impugnação dos processos abaixo relacionados na seguinte ordem: PROCESSO, INTERESSADO, DOCUMENTO DE LANÇAMENTO, CNPJ/CPF, EFEITO NO LANÇAMENTO, REEXAME NECESSÁRIO AO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, NOME ADVOGADO, Nº OAB: 0045.001330/2015, CLAUDIA YAMAMOTO, GUIAS IMPUGNADAS, 417.553.241-20, SEM EFEITO NO LANÇAMENTO, SEM REEXAME NECESSÁRIO, --, --; 0125.001500/2013, GRUPO OK CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 17649/2013, 01.535.160/0001-06, SEM EFEITO NO LANÇAMENTO, SEM REEXAME NECESSÁRIO, LOHANY SOARES BUENO, 12038/DF. Nos termos do artigo 9º, combinado com § 2º do artigo 12 do Decreto nº 33.269/2011, o prazo para apresentação do recurso voluntário é de 30 (trinta) dias a partir da data da publicação. Ficam os sujeitos passivos mencionados INTIMADOS a recolher o crédito tributário, referente à parte controversa, exigido nos processos acima ou, querendo, interpor recurso voluntário ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais. O não atendimento a esta intimação implicará inscrição do débito em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

LEO DOS SANTOS CARDOSO FILHO

EDITAL Nº 76, DE 22 DE JUNHO DE 2017

O GERENTE DE JULGAMENTO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO-FISCAL, DA COORDENAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição prevista no inciso VII, art. 112, da Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002, e tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço/SUREC nº 86, de 04 de dezembro de 2015, c/c Ordem de Serviço/COTRI nº 21, de 28 de dezembro de 2015, fundamentado no artigo 11, inciso III, da Lei nº 4.567, de 09 de maio de 2011, TORNA PÚBLICA as decisões do julgamento de primeira instância, as quais declaram a IMPROCEDÊNCIA PARCIAL da impugnação dos processos abaixo relacionados na seguinte ordem: PROCESSO, INTERESSADO, DOCUMENTO DE LANÇAMENTO, CNPJ/CPF, EFEITO NO LANÇAMENTO, REEXAME NECESSÁRIO AO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, NOME ADVOGADO, Nº OAB: 0043.004347/2015, RONI CEZAR SILVA ALMEIDA, NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 17590/2015, 688.206.661-20, IMPROCEDÊNCIA PARCIAL, SEM REEXAME NECESSÁRIO, --, --; 0044.001713/2015, SUEZA SILVA ALMEIDA BRASIL, NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 17604/2015, 812.103.961-49, IMPROCEDÊNCIA PARCIAL, SEM REEXAME NECESSÁRIO, --, --; 0127.006561/2015, CLAUDIONOR ROCHA, NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 2672/2015, 286.051.796-00, IMPROCEDÊNCIA PARCIAL, SEM REEXAME NECESSÁRIO, --, --. Nos termos do artigo 9º, combinado com § 2º do artigo 12 do Decreto nº 33.269/2011, o prazo para apresentação do recurso voluntário é de 30 (trinta) dias a partir da data da publicação. Ficam os sujeitos passivos mencionados INTIMADOS a recolher o crédito tributário, referente à parte controversa, exigido nos processos acima ou, querendo, interpor recurso voluntário ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais. O não atendimento a esta intimação implicará inscrição do débito em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

LEO DOS SANTOS CARDOSO FILHO

EDITAL Nº 77, DE 22 DE JUNHO DE 2017

O GERENTE DE JULGAMENTO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO-FISCAL, DA COORDENAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição prevista no inciso VII, art. 112, da Portaria nº 563, de 05 de setembro de 2002, e tendo em vista a delegação de competência conferida pela Ordem de Serviço/SUREC nº 86, de 04 de dezembro de 2015, c/c Ordem de Serviço/COTRI nº 21, de 28 de dezembro de 2015, fundamentado no artigo 11, inciso III, da Lei nº 4.567, de 09 de maio de 2011, TORNA PÚBLICA as decisões do julgamento de primeira instância, as quais declaram a IMPROCEDÊNCIA da impugnação dos processos abaixo relacionados na seguinte ordem: PROCESSO, INTERESSADO, DOCUMENTO DE LANÇAMENTO, CNPJ/CPF, EFEITO NO LANÇAMENTO, REEXAME NECESSÁRIO AO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, NOME ADVOGADO, Nº OAB: 0042.006508/2015, PAULO PRAES, NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 648/2015, 023.496.041-87, IMPROCEDÊNCIA TOTAL, SEM REEXAME NECESSÁRIO, --, --. Nos termos do artigo 9º, combinado com § 2º do artigo 12 do Decreto nº 33.269/2011, o prazo para apresentação do recurso voluntário é de 30 (trinta) dias a partir da data da publicação.

LEO DOS SANTOS CARDOSO FILHO

COORDENAÇÃO DE CADASTRO E LANÇAMENTOS TRIBUTÁRIOS GERÊNCIA DE CADASTRO FISCAL

NÚCLEO DE GESTÃO DE SISTEMAS DO CADASTRO FISCAL

EDITAL Nº 07, DE 21 DE JUNHO DE 2017

O CHEFE DO NÚCLEO DE GESTÃO DE SISTEMAS DO CADASTRO FISCAL DA GERÊNCIA DE CADASTRO FISCAL DA COORDENAÇÃO DE CADASTRO E LANÇAMENTOS TRIBUTÁRIOS DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 37 do Decreto nº 35.565, de 25 de junho de 2014, fundamentado no art. 29, inciso I, alínea "i" e no art. 383 do Decreto nº 18.955/97 - RICMS, c/c §§ 11º, 12º e 13º do art. 10 da Portaria 403/2009, e com base em Ocorrências de Vistoria Fiscal da ASINF/SUREC, conforme IN nº 02/2017, e considerando a necessidade de depuração do Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF, por meio do tratamento sistêmico das informações econômico-fiscais dos contribuintes, DECLARA SUSPENSÃO, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF, as inscrições do contribuinte abaixo relacionadas, restando proibida a emissão de documento fiscal eletrônico em conformidade com o disposto no Art. 10, Inc. II, c/c § 9º, inciso III ambos da Portaria n. 403 de 20/10/2009. A inscrição poderá ser reativada mediante solicitação do contribuinte, condicionada à regularização da situação que motivou a Suspensão, ou será cancelada após o prazo de 90 dias, conforme art. 29, inciso II, alínea "d" e § 1º do mencionado Diploma Legal.

CFDF, DENOMINAÇÃO, AGÊNCIA DE ATENDIMENTO:

07.812.293/001-71, 3T DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS Sociedade Empresária Limitada, AGNOR; 07.814.043/001-20, CF GRAOS, COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE ALIMENTOS EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, AGPLA; 07.805.410/001-80, F 2 ATACADISTA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, AGCEI; 07.807.943/001-14, MHM - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, AGSIA; 07.811.673/001-06, P. V. ATACADISTA DE ALIMENTOS EM GERAL Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, AGTAG; 07.814.434/001-81, TM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MANUFATURADOS Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, AGNOR.

DEMÓSTENES RIOS DA COSTA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o art. 105, parágrafo único, incisos I, III e V da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o Termo de Autorização publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, nº 46, página 05, de 08 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo das empresas autorizadas, no âmbito do PMI nº 005/2016, para entrega dos estudos referente à modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica para a revitalização, modernização, manutenção e operação do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek em 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação.

Em 21 de junho de 2017

WILSON JOSÉ DE PAULA

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S/A

SUPERINTENDÊNCIA DE ADM. DE MATERIAL,
PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÕES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2017/019

Órgão Gerenciador: BRB - BANCO DE BRASÍLIA S/A; Fornecedor Registrado: ZALA COMÉRCIO DE ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA-ME; ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 2017/019, lavrada em 19/6/2017. Licitação: Pregão Eletrônico 016/2017; Objeto: Registro de preços para o eventual fornecimento e instalação de CARENAGENS para as Agências, PAB's e dependências do BRB, localizados no Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; Vigência: de 19/6/2017 a 19/6/2018; Valor: R\$1.319.000,00 (um milhão, trezentos e dezenove mil reais). As despesas decorrentes do presente Contrato correrão com base no Orçamento de Investimentos e Dispendios, Natureza 4 - dispêndio das estatais, e Fonte 1 - geração própria. Signatários: pelo BRB, Kátia do Carmo Peixoto de Queiroz; e pela contratada, Fernando Buzalaf. Executor: Francisco de Assis Gomes; Processo nº: 041.000.092/2017. ERIEL STRIEDER. Gerente de Área e.e.

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/023

O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna pública a data de realização do Pregão Eletrônico nº 023/2017. Data, horário e endereço eletrônico para abertura: 07/07/2017, às 14h, www.comprasgovernamentais.gov.br. Objeto: Registro de Preços para fornecimento de Portas Giratórias Detectoras de Metais (PGDMs) e Portas Semi-giratória Detectora de Metais (PSGDM). Valor estimado: R\$ 174.342,10 (Cento e setenta e quatro mil, trezentos e quarenta e dois reais e dez centavos). Local de obtenção do edital: www.comprasgovernamentais.gov.br. UASG: 925008. Processo nº 107/2017. Thiago Rocha Ribeiro. Pregoeiro.

RATIFICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

A Comissão Permanente de Julgamento Cadastral da Diretoria de Rede e Canais do BRB torna pública a ratificação do procedimento administrativo de declaração de inidoneidade e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, em nome da empresa VL DA S. MOREIRA - DU GOIÁS PAPELARIA - ME, CNPJ 13.581.989/0001-16, em razão da apresentação de certidões supostamente forjadas, visando obter habilitação no processo de Credenciamento 001/2017 com vistas à eventual contratação de empresas regularmente constituídas para a prestação de serviços de correspondente no país. Eriel Strieder, Gerente de Área.

SUPERINTENDÊNCIA DE MARKETING

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO BRB Nº 2017/034

Contratante: BRB - BANCO DE BRASÍLIA S/A. Patrocinada: SOUZA GOMES EMPREENDIMENTOS CULTURAIS. Objeto: alteração o período de realização do projeto, descrito na Cláusula Primeira, para "entre Março de 2017 e Setembro de 2017". Nota Executiva PRESI/SUMAR/GEPAR-2017/053. Aditivo firmado em: 16/06/2017. Signatários pelo BRB: Wesley Cavallari Henriques. Pela Contratada: André Luiz de Souza Gomes. Executor: Wesley Cavallari Henriques. Processo nº: 136/2017. TALITA PENA VERAS - Superintendente em Exercício

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O BRB - Banco de Brasília S.A., para patrocínio à Ars Et Vita Ltda, projeto "Mostra de Animação Russa" pelo valor global de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), torna público que o Diretor-Presidente do BRB ratificou o ato de inexigibilidade de licitação em 16/06/2017 com base no caput do artigo 25 da Lei nº 8.666/93. Nota Executiva PRESI/SUMAR/GEPAR-2017/048. Contrato: 2017/085. Assinatura: 16/06/2017. Vigência: 60 dias após a assinatura. Signatários pelo BRB: Wesley Cavallari Henriques. Pela Contratada: Novitá Azevedo Carvalho e Luiz Gustavo Carvalho Pimentel. Executor: Wesley Cavallari Henriques. Processo: 143/2017.

TALITA PENA VERAS

Superintendente em Exercício